

Antônio Carlos faz críticas a líderes do PFL no Congresso

BRASÍLIA — O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), criticou ontem os líderes do governo no Congresso. Para ele, a derrubada da Medida Provisória 296, que previa reajustes diferenciados para servidores civis e militares, demonstrou, "mais uma vez", a precária sustentação que o presidente Fernando Collor tem no Congresso. Antônio Carlos atribuiu a derrota da medida à existência de duas lideranças governistas na Câmara, as duas do PFL — Ricardo Fiúza, de Pernambuco, e Humberto Souto, de Minas Gerais.

Na opinião de Antônio Carlos Magalhães, "os partidos governistas precisam se organizar melhor para dar maior sustentação ao presidente Collor". Ao comentar a reação dos ministros militares, que redigiram nota criticando o Congresso, e a do próprio Collor, que condenou o fisiologismo dos deputados, o governador disse que "faz parte da democracia" o presidente da República criticar o Legislativo e ser por ele criticado. "Vivemos uma democracia e a democracia permite isto. Nós todos somos partícipes da democracia", afirmou, depois de reunião com Collor no Palácio do Planalto, onde participou da solenidade de assinatura de um convênio para instalar em Porto Seguro (BA) a primeira escola ecológica do país.

Para o governador, a nota dos ministros militares teve como objetivo "dar satisfação ao seu público interno". Embora ressalvando que a crítica "pura e simples" dos militares não é justa, Antônio Carlos Magalhães assinalou que o Legislativo errou ao derrubar a MP 296.

Para o governador da Bahia, "houve um erro muito grande dos parlamentares na questão dos salários, mas eles têm autonomia para o erro. Não se pode aplaudir o erro, mas sim consertá-lo o mais rápido possível. O Congresso é uma assembleia popular e saberá absorver todas as críticas dos ministros militares", disse.

O mesmo tom das declarações de Antônio Carlos foi adotado pelo governador de Goiás, Íris Rezende (PMDB), que também esteve com Collor no Palácio do Planalto. Rezende, que reprova o oposicionismo do presidente nacional de seu partido, Orestes Quêrcia, solicitou ao presidente moratória de um ano para a dívida de seu estado, de US\$ 2 bilhões. Para ele, a nota dos ministros militares, que encarou "com absoluta tranquilidade, faz parte do exercício democrático." Sobre sua aproximação com Collor e seu afastamento de Quêrcia, ele disse que "os governadores, mesmo os de oposição, não podem faltar com o apoio naquilo que consideram ser uma decisão correta do governo"